



O SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA (PR-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inegavelmente, o nosso País vem atravessando uma boa fase. As ofertas de emprego aumentaram, e as reservas do País já chegam a 243 bilhões de dólares. O Brasil é um dos 5 países do mundo que possuem mais de 200 bilhões de dólares em reservas.

Mas há gargalos que precisamos resolver. Um deles, Sr. Presidente, é a concentração dos recursos no Governo Federal. Da arrecadação de todos os impostos que pagamos, cerca de 63% ficam com a União; apenas 23% ficam nos Estados; e a menor cifra de todas, cerca de 17%, fica nos Municípios, onde as coisas acontecem. Prefeitos e Vereadores sentem cada vez mais as necessidades da comunidade, no que se refere a saúde, educação e infraestrutura.

E agora as Prefeituras terão de entrar numa outra seara: a da segurança pública. Nos Estados Unidos da América, a maioria dos municípios gasta cerca de 20% do seu orçamento com segurança pública. Aqui não há essa possibilidade, tal a concentração de recursos pela União.

Por isso, dei entrada nesta Casa à Proposta de Emenda à Constituição nº 472, para que sejam aumentadas paulatinamente, ano a ano, as receitas dos Municípios, transferindo-se 1 ponto percentual a mais para o FPM e para o FPE, da União para os Estados e para os Municípios.

Na Suécia, cerca de 72% ficam com os municípios; na Alemanha, cerca de um terço fica com os Municípios, um terço fica com os Estados e um terço fica com a União. No Brasil, a maior parte, mais de 60%, fica com o Governo Federal.

O segundo gargalo, Sr. Presidente, é a necessidade de financiamento aos pequenos e médios empresários, que não possuem recursos para comprar terreno.



À semelhança do Programa Minha Casa, Minha Vida, entreguei à Ministra Dilma Rousseff proposta de implantação de um programa para financiar a compra de terreno e galpão. “Meu Galpão, Meu Futuro” — quem sabe? — pode vir a ser o nome desse programa proposto pelo meu partido, o PR, para que pequenos e médios empresários possam adquirir o terreno e o galpão e pagá-los em 20 anos, com juros subsidiados, como acontece com o programa da casa própria.

É um fator de desenvolvimento. As vagas geradas nas micro e pequenas empresas exigem menos investimentos do que as vagas geradas em grandes empresas. É o futuro do Brasil que exige, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Constituição Federal de 1988 já foi classificada de detalhista e prolixa, já foi chamada de *frankenstein* e acusada pelo Presidente da época, José Sarney, segundo o qual ela tornaria o País ingovernável. Hoje, mais de 20 anos após a sua promulgação, vemos que, sem desconsiderar seus defeitos, ela criou condições para avanços importantes nos campos social e econômico, mas acima de tudo criou sentimentos de afirmação e conquista popular, dada a intensa participação da sociedade na sua elaboração.

Fica cada vez mais límpido o conteúdo da frase do condutor da Constituinte, Ulysses Guimarães: *“Será a Constituição Cidadã porque recuperará, como cidadãos, milhões de brasileiros. O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo. Ela tem cheiro de amanhã e não cheiro de mofo”*.



Boa parte de seus 250 artigos aprovados, cerca de um quarto deles, ainda não foi regulamentada. Embora não inviabilize a sua orientação e não diminua a sua importância como Lei Maior, essa falta de providência do Congresso Nacional praticamente forçou o Supremo Tribunal Federal a entrar no campo legislativo e deixou hipertrofiar o Executivo. O instituto da medida provisória, que deveria ser usado excepcionalmente, nos casos de “urgência e relevância”, vem tomando a cena diária no Congresso, pois se tornou um instrumento que o Executivo usa para legislar sobre qualquer assunto.

De outro lado, hoje a União concentra a maior parte da arrecadação dos tributos pagos por todos os brasileiros, cerca de 60%, enquanto os Estados ficam com 23%, e os Municípios, que tiveram de assumir novos encargos constitucionais, com apenas 17%.

Como diz Luiz Henrique da Silveira, mentor da descentralização em Santa Catarina, *“governo concentrado é governo ineficaz e personalista; portanto, reproduz as velhas práticas de submissão, via concessão de favores em troca do voto... Vou tomar o modelo de administração da Suécia, a nação mais desenvolvida do planeta. Observe que país desenvolvido não é aquele que produz mais ou aquele que é mais rico, que possui mais armas ou foguetes; uma nação desenvolvida é aquela em que a maioria conquistou vida digna, empregos com bons salários, residem em regiões saneadas, com escolas de qualidade e excelentes serviços na área de saúde. A Suécia é assim! Qual o segredo? Setenta e dois por cento dos impostos ficam nas mãos do município”*.

Por ocasião das grandes enchentes ocorridas em Santa Catarina, presenciei, como Relator da Subcomissão de Defesa Civil da Câmara Federal e como



representante do meu Estado, a luta dos Prefeitos dos municípios atingidos para obter recursos, atender aos flagelados e recuperar os danos causados na calamidade pública. Imediatamente após a catástrofe, reuniram-se os Conselhos de Defesa Civil locais e enviaram as avaliações dos danos ao Governo do Estado, que, por sua vez, acionou a Defesa Civil Estadual para conferirem e juntarem documentos, para, por fim, remeterem as informações a Brasília. Mais de 1 ano depois, sob vários protestos e após inúmeras gestões políticas e comunitárias, vários municípios ainda não tinham recebido recursos, e milhares de famílias ainda estavam sem casa.

A centralização é um sistema perverso. Por este motivo, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 472, de 2010. Nela proponho nova redação ao art. 159 da Constituição Federal, visando aumentar a participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no produto da arrecadação dos 2 principais impostos federais: o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Acredito que a força da nossa economia foi testada e aprovada quando o Brasil atravessou a crise financeira mundial de maneira sobranceira. No entanto, apresento a PEC para corrigir um dos gargalos que ainda atrasam o nosso desenvolvimento, já que nos dias atuais é evidente o perigoso desequilíbrio na repartição da receita pública.

Aumentar a participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no produto da arrecadação dos impostos garante equilíbrio nas diferentes regiões do Brasil e incentiva, desta forma, o seu desenvolvimento, tendo em vista que as respostas às necessidades da população, seja na prestação de serviços públicos,



seja na realização de investimentos em infraestrutura, entre outros casos, serão mais rápidas e eficientes porque o Município e o Estado conhecem melhor a realidade local.

Portanto, agradeço a cada Deputado que apoiou e subscreveu a PEC para que eu pudesse apresentá-la à Câmara dos Deputados. Agora nos resta trabalhar para que a mesma seja aprovada e executada.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Item 1.

Medida Provisória nº 472-B, de 2009

(Do Poder Executivo)

Continuação da votação, em turno único, da Medida Provisória nº 472-B, de 2009, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste — REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno — PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional — RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante — FMM — para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante — CDFMM; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; altera a redação da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009; ajusta o Programa Minha Casa, Minha Vida — PMCMV; e dá outras Providências. Tendo parecer reformulado do Relator da Comissão Mista, proferido em plenário e entregue à Mesa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais e relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa desta MPV



e das Emendas apresentadas, com exceção das Emendas de nºs 17, 41, 43, 50, 53 e 59; pela adequação financeira e orçamentária desta Medida Provisória e das Emendas de nºs 8, 9, 14, 24, 40 e 47, pela não implicação com aumento da despesa ou diminuição da receita pública da União das Emendas de nºs 5, 7, 10, 13, 17 a 20, 23, 26, 28 a 35, 38, 39, 41 a 46, 48 a 52, 58, 60, 61, 67, 72, 84, 88 a 91 e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das de nºs 1 a 4, 6, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 25, 36, 53, 54, 56, 57, 59, 62 a 66, 73, 74, 79, 80, 82, 85 a 87 e, no mérito, pela aprovação desta Medida Provisória pela aprovação, total ou parcial, das Emendas de nºs 7 a 10, 13, 18, 26, 45, 52, 58, 72 e 90, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 6, 11, 12, 14 a 17, 19 a 25, 28 a 36, 38 a 44, 46 a 51, 53, 54, 56, 57, 59 a 67, 73, 74, 79, 80, 82, 84 a 89 e 91 (Relator: Dep. Marcelo Ortiz). As Emendas de nºs 27, 37, 55, 68 a 71, 75 a 78, 81 e 83 foram indeferidas liminarmente por versarem sobre matéria estranha, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1/2002-CN, c.c. art. 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (Questão de Ordem nº 478/2009).



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor, assinado pelo Deputado Paulo Bornhausen, Líder do Democratas:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, a retirada da pauta da MP 472/09, constante do item 1 da presente Ordem do Dia.”



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para falar a favor, com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, qual é o objetivo desse requerimento? Tentarmos construir o que se iniciou ontem, que é um acordo com a base do Governo sobre como vamos votar a Medida Provisória nº 475, de 2009, que trata dos aposentados. É preciso esclarecer, Sr. Presidente.

Como o parecer do nobre Relator é pela inadequação orçamentária e financeira de todas as emendas por nós apresentadas, ficamos sem condição de destacá-las.

Com isso, precisamos avançar num entendimento: ou vamos para a votação de uma emenda, avançamos para uma aglutinativa e a votamos também, ou teremos de fazer um acordo para derrubar parcialmente o projeto de lei de conversão do nobre Relator. Enfim, devemos achar um entendimento para avançar na MP nº 475.

Com isso, Sr. Presidente, a posição do Democratas, até que haja um acordo, será exatamente encaminhar obstrução, apresentando requerimentos em todos os 10 destaques que existem na Medida Provisória nº 472, mas conclamando um acordo para a PEC nº 475, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para falar contra, Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, a Casa precisa saber que estamos iniciando o que já se convencionou aqui chamar de *kit* obstrução, em relação à Medida Provisória nº 472. Portanto, temos que estar no plenário, temos que estar na Casa, particularmente os Deputados do PT e da base do Governo

A questão da Medida Provisória nº 475 deveria ser discutida na Medida Provisória nº 475, até porque a Oposição, em relação à MP nº 475 — para tirá-la da pauta, adiar a votação da matéria —, dispõe de instrumentos regimentais para que essa matéria possa ser discutida, garantindo à Oposição o direito de marcar posição em relação ao tema do salário mínimo.

Em relação à MP nº 472, votamos ontem por consenso o projeto de conversão, ressalvado o destaque.

Assim como houve apelo — falo aqui em nome da bancada do PT e não em nome do Governo — do Deputado Ronaldo Caiado em relação à 475, eu acho que poderíamos começar a votar os destaques dessa medida provisória — são sete ou oito —, com os eventuais pedidos de verificação.

Agora, se começarmos a enfrentar requerimento de retirada de pauta; depois, de adiamento por 2, 3, 10 sessões, haverá um processo de perda de tempo, numa tarde de quarta-feira.

Essa medida provisória é importante; a própria Oposição disse ontem que ela é positiva em vários aspectos, tem divergências pontuais. E eu acho que seria mais racional explicitarmos as divergências pontuais dos destaques, começarmos a votá-



los, e não aderirmos a esse processo de retirada da pauta ou adiamento da discussão.

Quando chegar na Medida Provisória nº 475, e antes de terminar a Medida Provisória nº 472, tentar-se-ia um tipo de acordo de procedimento que o Deputado Ronaldo Caiado legitimamente colocou aqui.

Começar de cara com obstrução, acho que vamos perder a tarde de quarta-feira. Vejam bem: achamos que seria melhor iniciarmos a votação dos destaques. A qualquer momento, antes de terminar de votar a Medida Provisória nº 472, podemos apreciar com o Governo esse tipo de procedimento que o Deputado Ronaldo Caiado sugeriu em relação à Medida Provisória nº 475.

Por isso, encaminho contra o requerimento de retirada da pauta.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para orientar, então, as bancadas, como vota o PSDB?

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos encaminhar favoravelmente ao requerimento de retirada, tendo em vista buscar uma convergência da Medida Provisória nº 475. Nós queremos atendimento a algumas reivindicações para os aposentados, com um projeto e um programa futuro de responsabilidade para o próximo ano, mas tem que haver alguma coisa.

A bola está com o Líder do Governo. O Deputado Vaccarezza já foi levar as reivindicações e a Liderança agora tem que trazer de volta, para que possamos iniciar o processo de votação até da medida provisória que está na pauta. Mas isso é regimental.

Então, no momento, vamos acompanhar a retirada. Possivelmente haverá obstrução logo depois.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT encaminha o voto “não” e solicita que os Deputados venham ao plenário porque o ritual já está definido.

Vamos ter uma verificação agora, provavelmente. É importante que o pessoal venha ao plenário — os Deputados da bancada do PT —, porque, se houver pedido de verificação, é importante estar presente.

Votamos “não”.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Bloco “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Bloco, “não”.



PPS, como vota?

O SR. MOREIRA MENDES (PPS-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PPS orienta o voto “sim”, na tentativa de conseguir construir um acordo para trazer a medida provisória para o plenário.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O Democratas vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Democratas vota “sim”.

Como vota o Governo?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, fizemos um encaminhamento. É claro que há entendimentos diferenciados. Não quero dar o peso do nosso entendimento ontem àquele de acordo. Mas votamos a matéria principal, o projeto, sem prejuízo de emendas, e acertamos para votar hoje as emendas.

É claro que a Oposição pode obstruir. Mas ficamos de votar esse projeto hoje.

A orientação do Governo é “não”, para votarmos a medida provisória.

Gostaria de apelar à Oposição para entrar na pauta dos destaques de votação, quando teremos o embate entre as diversas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O Governo orienta o voto “não”.

Mais alguém para orientar?

O SR. LAERTE BESSA - Sr. Presidente, o PSC.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - PSC, como orienta?

O SR. LAERTE BESSA (PSC-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vota “não” e conclui que neste ano a Casa não produziu ainda o



que deveria produzir. Então, somos sempre a favor de que se vote os projetos e a medida provisória para que na Casa possam fluir os trabalhos.

Portanto, o PSC vota “não” a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Mais alguém para orientar?

O PR como vota?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PR, Sr. Presidente, encaminha o voto “não”, já preocupado inclusive com a votação do primeiro destaque. Estamos preocupados, porque temos medo de que esse primeiro destaque seja um grande confisco. Estamos muito preocupados com o fato de usar medida provisória para esse tipo de coisa. Mas falaremos disso lá na frente. Queremos votar a medida provisória e os destaques também.

Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, a Minoria vota “sim” com 2 observações. A primeira, com relação ao questionamento sobre o fato de essa medida provisória tratar de vários temas. É uma alternativa do Governo de escapar da determinação de não se emendar fatos estranhos em uma medida provisória; a segunda, com relação ao ponto que ficou acordado ontem, só a votação principal, e os destaques para hoje, numa tentativa de se conseguir alguma melhora ou até a votação nominal na Medida Provisória nº 475.

Por isso, a Minoria encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - PV, como vota?

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PV orienta o voto “não”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - PV, “não”.

PP, como vota?

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “não”, observando que, na questão do apoio aos avanços dos aposentados, temos uma posição favorável aos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - PDT, como vota?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obviamente que nós votamos “não”, até porque uma coisa puxa a outra. Quem quer votar a medida provisória dos aposentados tem que votar essa também.

O PDT tem muito clara a posição de que defende os aposentados, é a favor dos aposentados, está com os aposentados (*manifestação das galerias*), não abre mão desse propósito. Aliás, a bancada do PDT fechou questão nesse tema, mas nem por isso vamos obstruir outras pautas. Quando chegar a vez dos aposentados, nosso voto será a favor deles. Portanto, não adianta querer fazer jogo de cena para aparecer. É preciso fazer o jogo da verdade: pagar para ver.

Esta medida provisória tem de ser votada. Vamos votá-la, ela conta com o nosso apoio. Não há por que empurrá-la com a barriga, não há por que adiá-la. Se se adiar esta, tranca-se a pauta e vão-se adiando as outras, e nós vamos ficar aqui esperando quem não ficou de vir.

Nós queremos voto, nesta e em tantas quantas aparecerem pela frente. Esta Casa tem de votar para decidir, e decidir para o Brasil avançar.

Muito obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 051.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP.) - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO.) - Também peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP.) - Verificação de votação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Verificação de votação deferida.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados...

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Retiro o pedido de verificação, Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Como?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Foi conjunta.

O SR. LOBBE NETO - O Deputado José Genoíno também pediu verificação de votação.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas também está em obstrução, Sr. Presidente.



O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “sim” e convoca seus Deputados ao plenário.

O SR. MOREIRA MENDES (PPS-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “não” e chama os Deputados ao plenário para votar “não”.



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de compreender o resultado anunciado por V.Exa. O PDT votou “não”, o PR, “não”; apenas o PSDB e o DEM votaram “sim”, mas V.Exa. declarou que eles venceram. E, apesar de terem vencido, pediram verificação de votação, o que mostra que não querem ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Foi o Deputado José Genoíno que pediu a verificação de votação.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas eles pediram também.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Foi pedida verificação conjunta.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu sei, mas dá a impressão de que não querem ganhar. É essa impressão que passa.



O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, gostaríamos de pedir ao PDT empenho na defesa dos aposentados.

Vamos ver na votação!



O SR. LOBBE NETO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não, Sr. Deputado.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, contraditando o que foi aqui foi falado, quero dizer que a Presidência sempre anuncia o resultado olhando para o painel ou para o plenário, vendo quem optou por “sim” e quem optou por “não”.

É claro que sabíamos que o resultado iria ser diferente. Por isso mesmo, retiramos o pedido de verificação de votação, mas o Deputado José Genoíno tinha solicitado verificação conjunta. Então, quem está obstruindo é o Deputado Genoíno. Nós somos a favor do aposentado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas foram V.Exas. que pediram a verificação primeiro!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Podem falar de mim!

O SR. POMPEO DE MATTOS - Pediram e não retiraram. Mantiveram a verificação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Estamos defendendo o Governo Lula.



O SR. ROBERTO ALVES (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação do PTB é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O PTB vota “não”.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação do PMDB é também “não”.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota “não” e convoca os seus Deputados a virem ao plenário votar.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) O Deputado Vignatti tem a palavra.

(Pausa.)

Tem a palavra o Deputado William Woo.

O SR. WILLIAM WOO (PPS-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, senhoras e senhores que assistem à *TV Câmara*, venho a esta tribuna chamar a atenção para a situação preocupante do lixo descartado irregularmente em ruas e calçadas de São Paulo. O problema é crônico em diversos pontos da cidade, já tendo a Prefeitura identificado 1.400 pontos complicados, que, mesmo após serem limpos, imediatamente voltam a ficar sujos.

É importante ressaltar que a participação da sociedade na manutenção da cidade limpa é decisiva para a solução desse problema. Não podemos esquecer que o trabalho desenvolvido pela Prefeitura é uma via de mão dupla, na qual Poder Público e sociedade devem trabalhar juntos por uma qualidade de vida melhor.

Vale lembrar que até 50 quilos pode ser colocado em sacos de rafia e disposto junto ao lixo domiciliar, além de o cidadão poder optar pelos 34 Ecopontos espalhados pela cidade. Também podem ser levados móveis velhos, podas de árvores e madeiras, no limite de 200 quilos. Acima da quantidade recebida pelos Ecopontos, é necessário a contratação de uma caçamba. Esses critérios foram criados para não desequilibrar o meio ambiente. Entretanto, não é isso que ocorre com descartes irregulares em locais impróprios.

Trata-se de uma questão de saúde pública, que não afeta apenas a cidade de São Paulo, mas todas as grandes cidades. O acúmulo de lixo e entulhos em ruas e calçadas pode propiciar contaminações e contribuir para a propagação de doenças.



Temos de trabalhar juntos por uma cidade mais limpa, a qual ofereça mais qualidade de vida e saúde a todos.

Também desejo registrar nesta oportunidade, Sr. Presidente, o transcurso neste mês de 20 anos de existência do Código de Defesa do Consumidor e sua importância nas relações de consumo.

Apenas com o advento da Constituição Federal de 1988 se incluiu no plano constitucional a defesa do consumidor, que apareceu no Texto Maior entre os direitos e garantias fundamentais. É indubitável a regulamentação e o avanço que a Lei nº 8.078/90 trouxe para o nosso ordenamento jurídico, uma vez que pautou as relações de consumo com base na transparência e na informação e serviu como verdadeira ferramenta para o exercício da cidadania. O surgimento do Código de Defesa do Consumidor gerou uma revolução cultural na forma de o brasileiro consumir, tornando-o mais crítico e ciente de seus direitos na hora da compra.

O sucesso pode ser atribuído não só aos consumidores, que ao longo desses anos se conscientizaram da importância de exercer seus direitos, mas também ao trabalho extraordinário do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos PROCONs, das associações civis e da imprensa.

Temos uma legislação atual e precursora, e devemos zelar para que esses direitos sejam preservados e sirvam de exemplo para outros países.

Muito obrigado.



O SR. MENDES RIBEIRO FILHO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Pois não, Deputado Mendes Ribeiro Filho.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convoco os Deputados do PMDB a virem ao plenário. Estamos votando requerimento de retirada de pauta da MP nº 472. É importante fazermos com que a pauta tenha andamento. Existem matérias importantes a serem votadas, e as medidas provisórias estão impedindo a sua tramitação.

Então, o PMDB vota “não” e pede a seus Deputados que venham ao plenário.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com a palavra o Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero parabenizar a população de Tabatinga pela inauguração hoje, pelo Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, de uma escola-padrão e de um estádio de futebol, e o povo de Jutai pela inauguração, também hoje, de um hospital que vai atender à população municipal, que há muito reclamava da ausência de uma casa de saúde na localidade.

Portanto, meus cumprimentos ao Prefeito de Tabatinga, Saul Nunes Bemerguy, ao ex-Prefeito Joel Santos de Lima, ao ex-Vice-Prefeito Carlos Donizete Gomes, aos Vereadores e à população tabatinguense, bem como ao Prefeito de Jutai, Asclepiades Costa de Souza, e à população jutaiense pelas obras que acabam de receber.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida..

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a educação é o maior bem que um povo pode ter. Qualquer investimento que se faça nessa área é de grande valia, considerando que as gerações futuras merecem todo o suporte necessário para que sejam mais bem educadas, mais inteligentes, mais próspera e dignas de construir dias melhores.

É com esse entendimento que o Estado do Acre tem garantido a formação de professores, a melhoria das estruturas e dos ambientes de ensino e aprendizagem.

O Governador Binho participou recentemente da colação de grau de 217 professores formados pelo curso de Pedagogia mantido pelo Estado do Acre em parceria com a Universidade de Brasília. Pela modalidade de ensino a distância, educadores de vários lugares do Estado receberam sua titulação, o que lhes garante melhoria salarial e ainda a possibilidade de fazerem cursos de pós-graduação.

Senhoras e senhores, em 2007, foi assinado um convênio que possibilitou a formação em nível superior de 965 professores em 19 municípios do Acre. Em 2011, outros 758 docentes receberão o diploma de pedagogo. Desde 1999, o número de profissionais formados chegou a 9.801 professores. Apenas na formação desse grupo de 217 professores, o Governo do Estado investiu R\$6 milhões. O total de recursos aplicados em todos os programas de formação alcançou a cifra de R\$47 milhões.

Essa é uma verdadeira revolução, observou a Secretária de Educação, Profa. Maria Correia.



O Acre, que há 10 anos possuía apenas 28% dos seus professores com formação de nível superior, caminha a passos rápidos para que em abril do próximo ano esse valor seja de 100%.

O Estado, Sr. Presidente, será a primeira Unidade da federação a universalizar a formação de nível superior entre os docentes da rede estadual.

Essa magna política é apoiada pelo Governo Federal, que também prioriza a educação e incentiva a formação dos educadores.

E todos percebem essa melhoria ao ver que os índices apontam para a diminuição da evasão escolar, para o crescente percentual de aprovação de alunos oriundos das escolas públicas nos vestibulares e concursos.

Nos últimos anos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado do Acre tem se desenvolvido com competência e compromisso, demonstrando que a correta opção do Governo da Frente Popular foi prioritariamente atender os mais necessitados.

Muito obrigada.



O SR. GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, para mudar...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Gustavo Fruet, V.Exa. quer mudar a orientação?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sim, Sr. Presidente. Mudo a indicação “sim” para obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro. Nas galerias desta Casa encontram-se acadêmicos de Direito da Faculdade Celer Xaxim, comandada pelo Prof. Neli Lino Saibo e pelo Prof. David.

Quero saudar os jovens catarinenses que estão buscando conhecimento técnico-científico nesta Casa, preparando-se para enfrentar a carreira de advogado, profissão da maioria dos Deputados desta Casa.

Um abraço aos rapazes e às lindas moças que estão aqui tornando esta Casa mais bonita.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com a palavra a Deputada Cida Diogo.

A SRA. CIDA DIOGO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, desejo registrar que em 22 de março — dia seguinte ao Dia da Igualdade Racial —, o Estado do Rio de Janeiro contou com a presença do Ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR, e da Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva.

Foram assinados 3 documentos importantes: convênio para a criação do Centro de Referência de Enfrentamento à Intolerância Religiosa e a Promoção dos Direitos Humanos; termo de compromisso para catalogação de peças religiosas sequestradas nas décadas de 30 e 40 e na ditadura militar; e lançamento da campanha *Quem é de Axé diz que é*, para que, no Censo de 2010, as pessoas que praticam religião de matriz africana assumam a sua religiosidade.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com a palavra o Deputado Paulo Henrique Lustosa.

O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar o povo do Município de Chorozinho, no Ceará, em especial o Prefeito Francisco Airton Filho.

O Município de Chorozinho, Sr. Presidente, é um dos principais centros de turismo religioso do Estado do Ceará, por causa da devoção ao Menino Jesus de Praga.

Hoje, está havendo um grande evento na cidade, com a mobilização de toda a população, com a inauguração da primeira etapa da nova estátua do Menino Jesus, estando também prevista no projeto a construção da Praça dos Romeiros.

Infelizmente, pelos compromissos assumidos nesta Casa, não poderei estar com o Prefeito, com o Vice-Prefeito e com a população de Chorozinho.

Por isso, mando daqui efusivos cumprimentos e um grande abraço àquela população.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Marco Maia, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há inusitada movimentação nesta Casa com vistas à redução para 30 horas semanais da jornada dos profissionais de Enfermagem.

Ao meu gabinete, representantes da categoria formularam apelo para o acolhimento do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, considerando-o uma questão de coerência e justiça.

Na defesa do pleito, alinham os interessados itens comprobatórios da justeza da reivindicação, por eles qualificada como das mais legítimas e atualizadas.

As razões expendidas situam-se nas abaixo delineadas:

- . a redução da jornada é necessária à saúde, qualidade de vida, melhor prestação de serviço e levará à geração de mais postos de trabalho;

- . a primeira lei do exercício profissional, aprovada em 1955, já pedia a jornada de 30 horas;

- . a regulamentação da carga horária da Enfermagem tem respaldo no inciso XIV do art. 7º da Constituição Federal de 1988;

- . a jornada de 30 horas é recomendação das Conferências Nacionais de Saúde, de Recursos Humanos para a Saúde, de Saúde do Trabalhador e de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde;

- . categorias da saúde que trabalham lado a lado com os profissionais da Enfermagem já desfrutam da redução da jornada, em virtude das peculiaridades de atuação;



. o limite hoje é implantado em cerca de 70% das unidades públicas estaduais;

. estudos comprovam a queda no rendimento do trabalhador, de sua capacidade física e mental após extensa jornada de trabalho.

Sr. Presidente, não se discute mais a seriedade da pretensão, daí por que entendi de, mais uma vez, postular o apoio do Plenário a essa proposição, cujo trâmite se iniciou no início do presente milênio.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, queremos cumprimentar a cidade de Ibiúna, que hoje está completando 153 anos, o Prefeito Coiti Muramatsu e todos os representantes da Câmara Municipal, através do Pedrão da Água.

No domingo, estivemos num *show* naquela cidade e vimos o memorial da UNE ali inaugurado — uma peça muito bonita — e que mostra que o que aconteceu em 1968 foi algo repugnante e abominável. Essa homenagem marca uma série de direitos humanos que foram violados àquela época e que agora estamos tentando resgatar. Tenho certeza de que é muito importante.

Portanto, desta tribuna, queremos mandar um abraço a toda população de Ibiúna, através do Prefeito Coiti, do Serginho, Secretário, do Pedrão da Água, Vereador, e dos demais que compõem a Câmara Municipal de Ibiúna, os quais, neste momento, estão engalanados com seu aniversário de 153 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero registrar que hoje a Câmara dos Deputados recebe caravanas de enfermeiros e técnicos de alguns Estados que vêm aqui na expectativa da votação do projeto de lei que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho na área da Enfermagem.

Quero destacar o comparecimento do grupo de Uberlândia, ligado ao SINTET e ao Hospital de Clínicas, da Universidade Federal de Uberlândia. *(Palmas nas galerias.)*

Ao fazer este registro, reitero o compromisso com essa luta e cumprimento todos pela manifestação correta e justa para que o projeto de lei em referência entre na pauta da próxima semana.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Lobbe Neto.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Srs. Parlamentares, quero cumprimentar, nas pessoas do Prefeito Ildebran Prata e dos Vereadores, a população de Ipeúna pelo aniversário de emancipação política do município.

Também quero cumprimentar a população da cidade de Itirapina pelo seu aniversário, bem como a da cidade de Potirendaba, que cumprimento através de sua Prefeita Gislaine Montanari.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Pedro Wilson.

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parabenizo os Deputados Luiz Couto e Iriny Lopes pela iniciativa da audiência pública que se está realizando na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, mais uma vez pedindo a federalização do assassinato do advogado paraibano Manoel Mattos, defensor dos direitos humanos e com vasta atuação no Estado de Pernambuco — inclusive, ele era assessor do Deputado Fernando Ferro, Líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

Manoel Mattos foi assassinado por pistoleiros, e o julgamento dos assassinos até hoje se encontra paralisado.

Também gostaria de fazer o apelo para que a Polícia Federal e a Civil de Goiás apresentem o resultado das investigações sobre o desaparecimento de adolescentes no Município de Luziânia.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Agradeço ao ilustre Deputado Pedro Wilson.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Genoíno. Em seguida, os Deputados Beto Albuquerque e Flávio Bezerra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, serei breve.

Solicito a V.Exa. que registre meu integral apoio às observações críticas do Presidente Lula, hoje, na solenidade sobre as medidas do Governo para o Programa Territórios da Cidadania, à má vontade e à má-fé da imprensa brasileira em relação à realidade do País e de seu Governo. São declarações importantes, corretas, fortes, as feitas pelo Presidente Lula.

Solicito a V.Exa. a transcrição nos Anais do artigo *Lula diz que imprensa age de “má-fé” e não mostra a realidade brasileira*.

Muito obrigado.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR



(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 267 A 267-A)



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Beto Albuquerque

O SR. BETO ALBUQUERQUE (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar, coisa que já o fizeram felizmente outros Parlamentares, a presença nesta Casa de representantes da Enfermagem brasileira, importante segmento tanto na atenção aos casos de saúde básica quanto aos casos de alta complexidade nos hospitais.

A categoria tem uma reivindicação nobre e justa. Esta Casa precisa tomar uma decisão sobre a redução da carga horária desses profissionais para 30 horas. Se os médicos podem ter 20 horas de carga horária, por que não examinarmos a possibilidade de os enfermeiros terem uma carga horária de 30 horas? São eles que, ininterruptamente, atendem os pacientes nas suas piores horas.

A matéria está nesta Casa e merece o nosso exame, Sr. Presidente. (*Palmas nas galerias.*)



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência está achando o tempo de 1 minuto muito pouco e passará a conceder 2 minutos para cada Deputado.

Com a palavra o Deputado Flávio Bezerra.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (PRB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Presidente da Frente Parlamentar da Pesca, estou aqui para fazer um convite aos membros da Frente e aos simpatizantes da luta dos pescadores brasileiros para uma reunião hoje, às 17h, no Plenário 16, Anexo II, da Câmara dos Deputados.

O tema da pauta é de grande importância para a categoria: o cancelamento das carteiras de pescadores em todo o Brasil. Setenta e nove mil inscrições de pescadores serão canceladas.

Outro assunto constante da pauta é o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite — PREPS. Nós, os Parlamentares desta Casa, eleitos pelo povo para representar a sua vontade, temos de defender a Constituição, temos de defender que o Brasil seja sempre governado por leis e não por normativas e portarias baixadas sem consulta ao Congresso Nacional.

Peço que este convite seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência convoca os Srs. Parlamentares presentes nas diferentes dependências da Casa a virem ao plenário, pois estamos em processo de votação nominal pelo sistema eletrônico.

Precisamos concluir esta votação e continuar com as demais.

Já temos 3 horas e 25 minutos do início desta sessão extraordinária, e esta é a primeira votação que se realiza.

Por isso, a Presidência reitera convocação para que os Srs. Parlamentares venham imediatamente ao plenário, para que possamos concluir esta importante votação.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência passa a palavra agora ao ilustre Deputado Armando Abílio. S.Exa. dispõe de 2 minutos.

O SR. ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na semana passada, fiz o registro de preocupação quanto à seca no Nordeste.

Sr. Presidente, V.Exa. tem acompanhado o ambiente de aflição, de inquietação e de angústia em que vive o nordestino, principalmente o trabalhador rural.

Ainda na semana passada, Sr. Presidente, tive ocasião de visitar grande parte do meu Estado, a Paraíba, e ver que toda a lavoura plantada já morreu e, conseqüentemente, não há como agora enfrentar esses efeitos climáticos.

Então, quero chamar a atenção do Governo Federal e fazer-lhe um apelo, para que, por intermédio do Ministério da Integração, construa meios e ferramentas para enfrentar essa grave situação.

Para concluir, Sr. Presidente, como médico, quero deixar registrado meu apoio e solidariedade à justa causa da categoria de enfermagem. (*Palmas nas galerias.*) Vamos aproveitar o dia de hoje para atender a essa reivindicação de uma categoria absolutamente necessária para o atendimento à saúde.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência reitera o apelo aos Srs. Parlamentares.

Gostaria de fazer um apelo à Oposição. Existem 8 medidas provisórias prendendo a pauta, com esta que estamos votando hoje. No caso desta, há 7 destaques de bancada a serem votados. É preciso que avancemos. A Casa vai ficar parada durante esse período. Parada, não, porque temos as sessões extraordinárias já definidas até pelo Supremo, que podem ser feitas. Mas precisamos votar essas medidas provisórias, que são fundamentais para que assim possamos mostrar que a Câmara dos Deputados está trabalhando, produzindo, continuando a fazer a defesa dos mais sagrados interesses do País.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Lincoln Portela, que dispõe de 2 minutos.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Inocência Oliveira, volto a tratar do assunto que tenho abordado nos últimos dias: as Propostas de Emenda à Constituição nºs 300, de 2008, e 308, de 2004. Existe nesta Casa ainda uma PEC que diz respeito à polícia dos municípios. É fundamental que a polícia municipal também seja considerada. Esta Casa não se pode omitir nesse contexto.

Sou 1º Vice-Líder do partido, também tenho assento no Colégio de Líderes, mas discordo dessa posição. A Câmara dos Deputados precisa legislar. O legislador constitucional deu oportunidade a Casa de legislar por meio de propostas de emenda à Constituição. Assim, é de fundamental importância que continuemos legislando dessa maneira. Esta Casa não pode existir por existir. Como disse um Parlamentar, estão ficando apenas 2 Poderes. Chega de apenas homologarmos as matérias. Continuamos trabalhando, não vamos arredar pé em relação a esse contexto.

Também estou preocupado com a Medida Provisória nº 745. É de extrema importância resolvermos de vez a questão dos aposentados. Estamos trabalhando nisso. Queremos um pouco além do que esses 6,14%. Esperamos que esta Casa se sensibilize em relação a isso.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Marçal Filho.

O SR. MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei requerimento para inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 270, de 2008, que garante ao servidor que se aposentar por invalidez permanente o direito aos proventos integrais, com paridade. Trata-se de alteração na Constituição Federal. Esse é um exemplo das PECs que estão prontas para ser votadas na Câmara dos Deputados. *(Palmas nas galerias.)*

No que se refere aos aposentados, há inúmeras propostas — uma delas, inclusive, será apreciada hoje —, mas não vemos disposição para fazer com que os nossos aposentados verdadeiramente auferam ganhos reais, tenham realmente seus benefícios melhorados. Para contemplar nossos aposentados, há grande movimentação de inúmeros partidos e Parlamentares. São integrantes das mais diversas siglas partidárias.

Sou Relator do PL nº 4.434, de 2008, que recupera os ganhos dos aposentados. Espero ver votadas todas aquelas propostas, inclusive a que entrou em pauta e, infelizmente, foi retirada. Os aposentados estão esperando que em 2010 algum avanço ocorra. Nossa esperança é de que hoje o Governo se sensibilize com a medida provisória, aumentando os ganhos. Reconhecemos que algo está sendo feito, mas ainda é muito pouco. Há condições de melhorar. Todos os partidos estão imbuídos dessa vontade. Creio que, por meio de acordo, poderemos chegar a algo que verdadeiramente beneficie os nossos aposentados. *(Palmas nas galerias.)*



Claro, não posso esquecer-me de dizer que, na Comissão de Constituição e Justiça, já aprovamos a jornada de 30 horas semanais para a enfermagem. Esperamos que a proposição seja efetivamente aprovada pelo Plenário também.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Nilson Mourão.

O SR. NILSON MOURÃO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste plenário, quero registrar com muita alegria o êxito da viagem aos Estados Unidos realizada pelo Governador Binho Marques, do Estado do Acre, e pelo ex-Governador Jorge Viana, ocasião em que tiveram oportunidade de pronunciar conferências, sobretudo na Universidade de Harvard, onde puderam mostrar o caminho de desenvolvimento pelo qual o Acre optou.

O Acre fez uma opção para conjugar desenvolvimento com sustentabilidade. Iniciativas têm sido tomadas e apoio tem sido dado aos agricultores familiares e aos seringueiros. Recursos são investidos para que o Acre possa garantir seu desenvolvimento, assegurando a sustentabilidade da nossa região para as gerações atual e futura.



O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação do PSOL é contrária à obstrução no caso desta medida provisória. Queremos debatê-la em profundidade, considerando sua diversidade de assuntos e questões.

Sabemos que, na Medida Provisória nº 475, de 2009, os direitos dos aposentados têm que ser preservados. Não abrimos mão disso. Queremos que o Governo tenha essa sensibilidade.

Vamos trabalhar nesse sentido, bem como em favor da agilização da pauta para que, como foi definido pelo Colégio de Líderes, a matéria, justíssima, das 30 horas semanais dos profissionais de enfermagem seja aprovada por esta Casa, em defesa da saúde pública, dos pacientes. Prejudica apenas um segmento: aquele que faz da saúde um negócio lucrativo. Nós pensamos nas pessoas e nos trabalhadores.

É preciso sempre entender que uma reivindicação aparentemente de corporação muitas vezes atende ao interesse superior da Nação, como é o caso.
(Palmas nas galerias.)



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência tem a honra de receber nas galerias representantes de diferentes setores, mas lhes pede que não se manifestem no sentido de interferir no direito do Parlamentar de ser contra ou a favor de determinada matéria.

A Presidência, portanto, pede a cooperação dos senhores que nos honram com a presença nas galerias.



O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convido, chamar, conclamo a bancada do PT a vir ao plenário votar “não”. Nós temos que derrotar essa obstrução, para votar os destaques relativos à medida provisória.

Venham ao plenário votar “não”!



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas fazer um comunicado. Logo mais, às 18h30min, Parlamentares do PSDB, do Democratas e do PPS entregarão ao Procurador-Geral da República um comunicado sobre a BANCOOP. O arrazoado mostra a defesa dos mutuários, considera os investimentos da cooperativa em se tratando de fundos de pensão e até doações de campanha.

Essa provocação feita ao Procurador-Geral da República se cinge a um dos maiores escândalos que percebemos relacionados a prejuízo aos mutuários do sistema habitacional, no caso dessa cooperativa, chamada BANCOOP.

Na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, ainda hoje apresentamos um requerimento para que sejam convidados os presidentes dessas várias associações de lesados da BANCOOP, a fim de que prestem esclarecimentos nessa Comissão. Lamentavelmente, houve forte presença dos representantes do PT para inviabilizar a votação dessa matéria na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Na semana que vem, voltaremos a insistir nessa questão.

Além disso, na Comissão de Seguridade Social e Família serão realizadas investigações dos fundos de pensão que investiram fortemente na BANCOOP. Os responsáveis serão convidados a prestar depoimentos nessa Comissão. Afinal, trabalhadores colocaram dinheiro ali, mutuários foram lesados.

O Presidente da República é um dos mutuários lesados pela BANCOOP. Ele reclamou disso? Parece-me que não, Sr. Presidente. Parece-me que também não reclamou porque ali estava uma situação bastante constrangedora para o próprio



Presidente da República: agir como lesado nesse processo da BANCOOP ou ficar com os dirigentes da BANCOOP, que, coincidentemente, são também dirigentes do PT? Isso tem de ficar claro.

Aos que acompanham a *TV Câmara*, principalmente aos que foram lesados por essa instituição chamada BANCOOP, devo dizer que precisam ficar atentos, precisam estar em contato com o Parlamento brasileiro, a fim de que possamos trabalhar em favor da responsabilização daqueles que praticaram essa ato vergonhoso para o nosso País, sobretudo para os fundos de pensão.

Portanto, Sr. Presidente, hoje, às 18h30min, o PSDB, o Democratas e o PPS estarão na Procuradoria-Geral da República para apresentar todos esses fatos.

Muito obrigado.



O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, recebemos na Liderança comunicação de que ainda há Comissões deliberando na Casa. Solicito a V.Exa. que, por favor, tome as providências.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência avisa aos membros das Comissões que ainda estão funcionando que qualquer decisão tomada depois de iniciada a Ordem do Dia será considerada nula e pede aos Srs. Parlamentares que venham ao plenário imediatamente, para que possamos concluir a votação desta importante matéria.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Antonio Carlos Biscaia e comunico que, em seguida, falarão os Deputados Júlio Cesar, Humberto Souto e Alice Portugal.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez venho assinalar a relevância da aprovação do Projeto Ficha Limpa, que resultou de uma mobilização em todo o País, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, o qual conseguiu mais de 1 milhão e 300 mil assinaturas inicialmente, número que hoje já ultrapassa 1 milhão e 500 mil.

Não é possível que não se tenha a sensibilidade de aprovar esse projeto. O grupo de trabalho buscou um texto que significasse consenso, o que já é um avanço, embora tenha sido alterada a proposta inicial. É muito importante que o compromisso desta Casa seja pela aprovação, já que a matéria está pautada para o dia 7 de abril.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ainda mencionar minha posição, já notoriamente conhecida, absolutamente contrária à liberação dos jogos no Brasil. As razões são muitas e conhecidas. Quando realizarmos a Comissão Geral na próxima terça-feira, este Plenário e a Nação brasileira terão conhecimento dos malefícios dos jogos para o nosso País.

Então, é “sim” para o Ficha Limpa e “não” para os bingos.

Encerro, Sr. Presidente, manifestando meu integral apoio à enfermagem do nosso País, pois também defendo, de forma muito firme, que as 30 horas semanais sejam estabelecidas em favor dessa categoria, que é essencial no campo da saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., quero convocar a bancada do PSC a comparecer ao plenário para que possamos concluir esta votação, que é muito importante e envolve a criação do Programa Um Computador por Aluno, e também dar sequência à Ordem do Dia.

Convoco, portanto, a bancada do PSC para que compareça ao plenário para a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - É PSB ou PSC?

O SR. MARCONDES GADELHA - É PSC. O ser humano em primeiro lugar.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (DEM-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho registrar que, na última reunião do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, presidido por V.Exa., houve a palestra do Dr. Ricardo Camargo Mendes, Diretor da Prospectiva Consultoria, sobre políticas públicas, estratégias empresariais, perspectiva de negócios internacionais e políticas públicas.

O que mais me chamou a atenção na palestra, Sr. Presidente, foram os gastos em pesquisa. Enquanto na Alemanha mais de 70% das pesquisas são feitas por empresas — também na China, na Coreia e nos Estados Unidos —, no Brasil esse número é de apenas 40%. Os gastos do Governo, juntamente com as universidades, que também são federais, giram em torno de 60%.

Além disso, Sr. Presidente, chamou-me também a atenção as pesquisas por região. Dos quase 2 mil depósitos de patentes, apenas a Universidade de Pernambuco, de todas as existentes no Nordeste, tem 48%, um pouco mais de 5% dos depósitos feitos por órgãos e empresas do Brasil.

Faço este registro apenas para demonstrar o estado de pobreza em que se encontra o Nordeste, que tem 28% da população brasileira e o PIB de mais de 13%, mas, quando se fala em pesquisa e inovação tecnológica, não passa de 5%, 6%.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Humberto Souto.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha presença na tribuna é para demonstrar indignação com posicionamento tomado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

A imprensa tem dito, tem colocado na boca do Presidente do STF — ficamos em dúvida se efetivamente são verdadeiras as informações — que S.Exa. estaria emitindo opinião sobre um caso concreto, com referência ao problema da emenda do pré-sal. Teria dito o Sr. Ministro que a emenda é inconstitucional porque está baseada numa lei que foi considerada inconstitucional.

Existem aí, Sr. Presidente, 2 erros crassos. Primeiramente, a emenda não se baseia em nenhuma lei que foi considerada inconstitucional. A emenda se baseia na Constituição. Quanto ao Fundo de Participação dos Estados e o dos Municípios, nossa emenda não faz referência a nenhuma lei, não nomina nenhuma lei. Ela diz apenas que a distribuição será feita com base no Fundo de Participação dos Municípios.

Ora, onde está o erro, onde está qualquer inconstitucionalidade em dizer que vai se basear no Fundo de Participação dos Municípios? O FPM é uma instituição constitucional — somente em 2012, se não se fizer nova lei, ele deixará de existir. Mas não se pode falar agora que não se pode distribuir qualquer renda neste País baseada no Fundo de Participação dos Estados e no dos Municípios.

De maneira, Sr. Presidente, que fico triste com o fato de o Presidente do Supremo Tribunal Federal ir para os jornais emitir opinião pessoal. É preciso que o



Presidente do Supremo Tribunal Federal saiba que, quando emite uma opinião, pode causar impressões e opiniões conflitantes, ocasionando prejuízos irreversíveis.

Estamos nessa luta no Senado. Se o Presidente do Supremo Tribunal Federal vai aos jornais e à televisão e diz que a emenda se baseia numa lei inconstitucional, S.Exa. desanima os Prefeitos, desorganiza o trabalho e produz confusão e desorganização em qualquer processo de trabalho do Poder Legislativo.

Não é possível, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não acredito que o Ministro Gilmar Mendes tenha emitido essa opinião sobre matéria de tal natureza e importância, provocando tanta discussão, tanto debate na sociedade brasileira.

É preciso que o Presidente do Supremo Tribunal Federal tenha mais cuidado, para não causar reflexos negativos em qualquer discussão. A matéria ainda está em foro de debates, não há uma decisão. Como é que o Presidente do Supremo Tribunal Federal pode ir aos jornais dar uma opinião jurídica — pelo meu modesto modo de ver, porque não sou jurista, é completamente infundada — sem conhecer ainda a nossa emenda?

Nossa emenda não se fundamenta em lei nenhuma, ela se fundamenta na Constituição. Também os fundos constitucionais e de participação baseiam-se na Constituição. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O que indicamos, Sr. Presidente, foi simplesmente um índice para se fazer a distribuição dos rendimentos dos *royalties* do petróleo. No entanto, criou-se no País um sentimento de injustiça contra 2 ou 3 Estados, esquecendo-se de que a injustiça, Sr. Presidente, vem sendo feita com os Estados mais pobres há décadas e décadas. Nós estamos invertendo os fatos. E a mídia coloca a sociedade contra um processo de distribuição de renda, que é o mais justo que este País já experimentou até hoje.

Dessa maneira, Sr. Presidente, registro meu protesto contra o procedimento do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 4 anos venho travando uma batalha para criar, no âmbito da Câmara dos Deputados, uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar tráfico ilícito de obras de arte, bens culturais e de arte sacra no Brasil.

Primeiro apresentei um requerimento, com o número de assinaturas exigido, para que fosse instalada essa CPI. Depois, diante das resistências ao requerimento, apresentei um projeto de resolução, endossado por cerca de 200 Deputados, com o objetivo de instituir a CPI do Roubo de Bens Culturais e Arte Sacra.

A proposta se arrastou nesta Casa e encontra-se agora na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando a votação do parecer do Relator, deputado Regis de Oliveira, que é pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

Nesses 4 anos, enquanto a Câmara dos Deputados reluta em criar a CPI, diversos museus de nosso País foram roubados, igrejas foram saqueadas e colecionadores particulares perderam suas obras de arte por conta da ação de criminosos especialistas nesse tipo de roubo.

Na última quinta-feira, 18 de março, ladrões invadiram 2 igrejas em Itaparica — município situado em uma ilha amada pelos baianos — para roubar valiosas peças de arte sacra. A Igreja de São Lourenço teve 34 peças de alto valor histórico levadas. Na tarde de sábado, 20 de março, o Padre João Eduardo Paiva descobriu



que a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento também havia sido invadida naquela madrugada.

A Polícia suspeita que a ação seja de uma quadrilha especializada em roubo de arte sacra.

Da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, que está fechada em razão do seu mau estado de conservação, foram furtados vários objetos como cálices, crucifixos, ostensórios, um terço de ouro, entre outras peças.

Tudo indica que os autores dos roubos integram uma quadrilha especializada em saquear igrejas, cometendo roubos encomendados por colecionadores inescrupulosos. Para a Polícia, o grupo que arrombou a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento também roubou as peças valiosas da Igreja de São Lourenço, como a única imagem existente no Brasil de São Elesbão, protetor dos desabrigados, além de imagens de São Francisco, Nossa Senhora da Conceição, Senhor do Bonfim e Nossa Senhora do Rosário, todas dos séculos XVII e XVIII.

O tráfico de bens culturais é uma das atividades ilícitas mais rentáveis no mundo, perdendo apenas para os tráficos de drogas e de armas. Quando houve roubo no museu de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, as peças foram vistas em leilão na Internet 24 horas depois do ocorrido, e algumas foram recuperadas. As quadrilhas que praticam esse tipo de roubo são altamente especializadas e, geralmente, agem sob encomenda de colecionadores do Brasil ou do exterior.

A CPI que estamos tentando criar na Câmara dos Deputados tem o propósito não apenas de investigar esse conluio entre quadrilhas, colecionadores, galerias e empresas de leilões que estão saqueando os bens culturais e a memória de nosso



País. Servirá também para discutir e apontar soluções para a guarda desse valioso patrimônio.

O investimento em política de segurança de museus foi multiplicado por 4 no Governo Lula. Mas temos um patrimônio gigantesco, sem proteção efetiva, e os roubos vão dilapidando nossa memória. É preciso criar uma nova legislação de proteção ao patrimônio artístico e histórico do País. Não temos no Brasil, por exemplo, um cadastro das obras barrocas, enquanto vários países já colocam *chip* nas peças.

Apelo aos Srs. Deputados para que instalemos essa CPI para investigar tráfico ilícito de obras de arte, bens culturais e de arte sacra no Brasil antes que nossos museus e nossas igrejas sejam saqueadas por completo e a memória nacional se resuma às fotografias das esculturas, dos painéis, quadros e gravuras que um dia tivemos.

Sr. Presidente, rogo pela memória do País, pelas obras de arte que estão sendo dilapidadas. Que essa CPI possa ser o nascedouro de novas legislações e de um processo de educação para a preservação da memória nacional!

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro a importância de as Lideranças dos partidos na Câmara dos Deputados, incluindo o nosso, o Partido dos Trabalhadores, pautarem o Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, que trata das 30 horas semanais de trabalho para os profissionais de enfermagem.

O Deputado Décio Lima, do PT de Santa Catarina, tem coordenado nossas ações de bancada. Temos o compromisso claro com a valorização da saúde, portanto, com esses trabalhadores da área de enfermagem, homens e mulheres que, no cotidiano, atendem aqueles que mais necessitam, aqueles em situação de maior vulnerabilidade.

Sr. Presidente, procurada muitas vezes por representantes de instituições hospitalares, tenho dito que temos o maior respeito pela área e que estamos à disposição para tratar da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, da correção da tabela do SUS, da ampliação de recursos para o financiamento da saúde, assim como da educação, em todos os sentidos.

Isso significa que queremos, a partir de bom diálogo com o setor hospitalar, garantir uma parceria e o entendimento de que as 30 horas são uma realidade, por uma razão muito simples: significam também melhores condições de trabalho, qualidade no atendimento e visão humana desses trabalhadores, mulheres e homens que tanto têm contribuído com a Nação brasileira.

É merecida a regulamentação de carga horária mais adequada ao desenvolvimento de profissão tão honrosa e importante para as pessoas e o Brasil.

Era o registro que tinha a fazer.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Pudim.

O SR. GERALDO PUDIM (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, utilizo esta tribuna apenas para fazer justiça.

O Presidente da Suprema Corte, Ministro Gilmar Mendes, em momento algum mencionou o que foi dito aqui anteriormente. Nós somos testemunhas de que se tem pautado por conduta irretocável.

S.Exa. nos disse que tudo tem seu momento e que, no que diz respeito aos *royalties*, este momento é do Congresso Nacional, que se posicionará. Quando a Suprema Corte for instada, ela saberá se posicionar.

No que se refere à questão dos índices, fez apenas um comentário. Disse que a emenda, no princípio de repartição, baseia-se em índice que a Suprema Corte considerou inconstitucional, relativamente ao Fundo de Participação dos Estados. Isso é notório, está consagrado, é um julgado da Suprema Corte, que inclusive deu o prazo de 3 anos para que esta Casa o regule, por considerá-lo inconstitucional.

Então, às vezes, as pessoas querem imputar uma posição de confronto do Presidente do Supremo Tribunal, o que não é verdade. S.Exa. se tem mantido distante dessa questão. Apenas quando é solicitado, emite uma ou outra opinião. A única que emitiu foi relativa aos índices, que são inconstitucionais.

Efetivamente, na hora em que a Suprema Corte tiver de se posicionar, saberá fazê-lo, porque é um Poder independente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado Décio Lima.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já tive oportunidade na tarde de hoje, no começo desta sessão, de discorrer acerca da importância da 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil, que está reunindo cerca de 1.500 delegados de todo o País na Capital Federal. Gostaria de reforçar a importância desse evento.

Todos sabem que Santa Catarina, em novembro de 2008, foi duramente alvejada pelas intempéries, que levaram dezenas de pessoas a sucumbir. Essa conferência haverá de nos ajudar a construir uma política efetivamente preventiva, planejada, dirigida aos instrumentos de defesa civil do País.

Eu não poderia deixar, no momento em que faço este registro, de consignar a presença nesta Casa, na tribuna de honra, de diversos dirigentes da Defesa Civil da região do Vale do Itajaí, que abrange os municípios atingidos por aquela tragédia. Hoje se reúnem aqui em torno de uma agenda esperançosa, objetivando que possamos ter cada vez mais políticas preventivas com relação às intempéries, que, na verdade, têm assustado toda a humanidade, particularmente pelos últimos acontecimentos no Haiti e no Chile, onde o povo brasileiro soube marcar sobremaneira sua presença inexorável no plano da solidariedade, com o Presidente da República.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade de fazer uso da palavra.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, concedo a palavra à ilustre Deputada Cida Diogo.

A SRA. CIDA DIOGO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero registrar, de maneira igual à do Deputado Geraldo Pudim, nossa concordância com o Presidente do Supremo. S.Exa. está se posicionando sem envolvimento, sem interesse desse ou daquele Estado, à luz exclusiva do que a Constituição Federal estabelece.

A Emenda Ibsen Pinheiro é inconstitucional, ilegal, fere contratos.

Na semana passada, o povo do Estado do Rio de Janeiro deu uma resposta. Fizemos uma bela manifestação no Centro do Rio de Janeiro, debaixo de chuva. Estavam presentes lideranças políticas e do movimento social. Conseguimos unificar o Estado inteiro em sua defesa, contra a covardia. Foi manifestação de cidadania a que realizamos.

Tenho a tranquilidade e a certeza de que o Senado Federal vai corrigir o erro que a Câmara Federal cometeu. Se esse erro não for corrigido pelo próprio Legislativo, o Judiciário fará sua parte. Tenho certeza também de que, no âmbito do Executivo Federal, essa emenda será vetada. O Judiciário consagrará a sua inconstitucionalidade. Sei que seremos vitoriosos. O Estado do Rio de Janeiro não será surrupiado, prejudicado mais uma vez, como tem sido ao longo da sua história.

A bancada do Rio de Janeiro está solidária ao Governador Sérgio Cabral e a todas as lideranças do Estado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, pela manhã, o Presidente Lula parabenizou...

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Deputado Zé Geraldo, a Presidência pede licença para interromper o discurso de V.Exa., a fim de prorrogar a sessão por mais 1 hora.

A Presidência assegura a V.Exa. o prazo regimental e lhe devolve a palavra.

O SR. ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, na parte da manhã, no Plenário Ulysses Guimarães, o Presidente Lula parabenizou o Ministério do Desenvolvimento Agrário pela feliz ideia de implantar os Territórios da Cidadania.

Quero testemunhar que é acertada a visão de integrar as políticas do Governo Federal, o que anteriormente se dava de forma não planejada, de maneira separada, sem articulação, portanto, sem rendimento.

Posso testemunhar que, no Pará, alguns territórios, como o de Altamira e o do Polo Itaituba, na BR-163, vêm progredindo com os investimentos do Governo Federal.

Sr. Presidente, deixo registrada a importância de o Presidente Lula ter assinado o decreto que criou o primeiro zoneamento econômico-ecológico do Estado do Pará, atingindo 19 municípios, exatamente na região da Transamazônica e da BR-163, incluindo os polos de Altamira, que envolve os Municípios de Vitória do Xingu, Senador Porfírio, Porto de Moz, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas;



depois o Polo de Itaituba: Aveiro, Rurópolis, Trairão, Novo Progresso, Jacareacanga. Esses municípios já têm o seu zoneamento econômico-ecológico decretado pelo Presidente da República, o que contribui exatamente para o ordenamento e a legalidade das atividades produtivas naquela região.

Registro os meus parabéns por essa ação em um dos Territórios da Cidadania que está sendo organizado no Brasil, exatamente nos polos de Itaituba e de Altamira.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - A Presidência reitera o apelo aos Srs. Parlamentares para que venham ao plenário, pois faltam apenas 9 Srs. Deputados para alcançarmos o *quorum* regimental e darmos continuidade à votação desta importante matéria.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional aprovou hoje pela manhã requerimento do ilustre Deputado Marcelo Serafim, Presidente daquela Comissão, subscrito por nós, que solicita a presença na Comissão do Presidente do Instituto Chico Mendes, logo depois da Semana Santa, para debater com o Prefeito Municipal de Lábrea, com os Vereadores, com os empresários, com os trabalhadores e com os Deputados que integram a Comissão da Amazônia o papel que exerce o Instituto Chico Mendes no processo de fiscalização dos municípios brasileiros.

O Município de Lábrea foi vítima, na semana passada, de uma ação praticada pelos fiscais do Instituto Chico Mendes, que, ao chegarem ao município do Purus, atuaram de forma violenta e drástica, impedindo que as pessoas prejudicadas pudessem se defender, multando de maneira sem limite os trabalhadores, as pessoas que têm movelaria. Fizeram um verdadeiro estrago na economia de Lábrea!

Nós, então, vamos fazer um amplo debate para que a comunidade labrense tenha condições de se defender e, ao mesmo tempo, de provar que ela não é responsável pelo desmatamento na região de Purus, e sim no sul de Lábrea, que faz fronteira com o Estado de Rondônia. Nas proximidades da cidade de Lábrea não existe isso, Sr. Presidente. Daí todos terem ficado muito surpresos com a ação dos técnicos, dos fiscais do Instituto Chico Mendes, que, como disse, em chegando àquela pacata cidade, cometeram toda sorte de atrocidades jurídicas, ambientais, deixando a população revoltada.



Daí estarmos apresentando, eu, juntamente com Deputado Marcelo Serafim, requerimento aprovado na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, para que possamos, logo que possível — logo depois da Semana Santa —, fazer um debate sobre essas ações nefastas do Instituto Chico Mendes.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Sílvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, faço um apelo à Oposição.

Deputado Ronaldo Caiado, V.Exa. é Deputado coerente e consistente. O que peço à Oposição é que comece a mostrar ao Brasil como se faz política com imparcialidade.

Matéria do jornal *The Economist* faz uma comparação profunda e interessante entre os tempos de Fernando Henrique Cardoso e os tempos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Sinceramente, gostaria de pedir à Oposição que divulgasse isso para o Brasil.

Vamos lá! Nos tempos de Fernando Henrique Cardoso, o Risco Brasil era de 2.700 pontos; nos tempos de Lula, é de 200 pontos. Nos tempos de Fernando Henrique Cardoso o salário mínimo era 78 dólares; com Lula, ele passa de 200 dólares. Na dívida com o FMI Fernando Henrique não mexeu; Lula pagou ao FMI. Na indústria naval Fernando Henrique não mexeu; Lula reconstruiu a indústria naval. Investimento em universidades federais: Fernando Henrique não fez nenhuma; Lula fez em 10. Extensões universitárias: Fernando Henrique não fez nenhuma; Lula fez 45. Escolas técnicas: Fernando Henrique não fez nenhuma; Lula fez 214. Estradas de ferro: Fernando Henrique não fez nenhuma; Lula tem 3 em andamento. Estradas rodoviárias: 90% com Fernando Henrique eram danificadas; Lula recuperou 70%. Indústria automobilística, com Fernando Henrique...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Atentem esse homem, que ele está esclarecendo um milagre!



O SR. SILVIO COSTA - É uma questão pedagógica; é para esclarecer o Brasil, e pedir à Oposição que divulgue isso.

Indústria automobilística: com Fernando Henrique era de 20%, em baixa; com Lula é de 30%, com a indústria automobilística acima. A taxa SELIC, com Fernando Henrique, era de 27 pontos percentuais; com Lula é a menor da história. Empregos: Fernando Henrique gerou 780 mil; Lula gerou 11 milhões de empregos. Investimentos em infraestrutura: Fernando Henrique não fez nenhum; Lula fez investimentos da ordem de 504 bilhões.

Em suma, e o mais importante, e vejam que Governo de inclusão social! Fernando Henrique incluiu apenas 2 milhões de pessoas no mercado de trabalho; Lula fez 23 milhões de brasileiros melhorarem suas vidas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência e o Plenário querem demonstrar sua satisfação em receber o Colégio Desafio de Goiânia, Goiás, cujos representantes se encontram presentes às nossas galerias. (*Palmas nas galerias.*)



O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, como eu fui citado, gostaria que V.Exa. me concedesse a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não foi citado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. sabe o respeito que tenho por V.Exa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Colocou a carapuça, Deputado Ronaldo Caiado?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Sabe da amizade, do respeito, mas V.Exa. não foi citado de maneira depreciativa. Vou inscrevê-lo aqui.

O SR. RONALDO CAIADO - Então inscreva-me, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Há apenas 5 Parlamentares. V.Exa., então, depois...

O SR. RONALDO CAIADO - Então, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Depois V.Exa. falará tranquilamente. Só há 5 Parlamentares inscritos para falarem antes de V.Exa.

O SR. RONALDO CAIADO - Muito obrigado, Sr. Presidente. E nós já estamos com 1 hora de votação.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência reitera o apelo aos Srs. Parlamentares que ainda não votaram para que venham ao plenário.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Já deu para ver que não há *quorum* suficiente, Sr. Presidente. Já estamos com 1 hora de votação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Inclusive, alguns Deputados usaram a tribuna, mas não registraram a presença. E isso deve ser computado. Eu solicito à Mesa que compute a presença dos Deputados que usaram a tribuna e não registraram a sua presença.

O SR. RONALDO CAIADO - Só se o Deputado Silvio Costa estiver ausente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Vou esperar os Deputados registrarem presença para podermos encerrar a votação.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Solicito aos nobres Srs. Deputados que venham registrar presença.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Deputado Jorginho Maluly.
(Pausa.)

Deputado Otavio Leite. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Deputado Edinho Bez. (Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Marçal Filho, por 2 minutos. Em seguida, a Deputada Alice Portugal, o Deputado Cleber Verde e o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar aqui a visita que fiz a pequenas localidades que praticam a agricultura familiar. Eu me refiro ao Assentamento Itamarati, no Município de Ponta Porã, e ao Assentamento da Quarta Linha, no Município de Fátima do Sul. Esses Municípios pertencem ao meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Nós nos reunimos com pequenos agricultores, que nos falaram de suas dificuldades e nos sensibilizaram no sentido de que solicitemos ao Governo Federal melhor direcionamento, melhores condições de crédito, assim como melhores condições estruturais, para que cada vez mais a agricultura familiar seja praticada em nosso País.

São duas situações bem distintas. O Assentamento Itamarati, no Município de Ponta Porã, foi instalado na antiga Fazenda Itamarati, que era a maior produtora de soja do Brasil, de propriedade do empresário Olacir de Moraes. Essa fazenda foi comprada pelo Governo para ser transformada em assentamento, na reforma agrária. Mas lá o povo ficou praticamente isolado, pois o assentamento se encontra



a 70 quilômetros do Município de Ponta Porã e a 100 quilômetros do Município de Dourados.

E os produtores do Assentamento Quarta Linha, no Município de Fátima do Sul, são pequenos agricultores que adquiriram suas propriedades e vivem ali em áreas de 1 ou 2 alqueires. Eles trabalham com muita dificuldade e falta-lhes facilidade de acesso ao crédito. Estão pedindo, inclusive, seguro rural, pois tiveram perdas significativas nas suas lavouras. Sabemos que a situação de um pequeno produtor é muito diferente da de um grande produtor rural. Isso tem que ser levado em conta, principalmente pelos órgãos oficiais de financiamento do nosso País.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. MENDES RIBEIRO FILHO - Sr. Presidente, vamos encerrar a votação?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, vamos lá! Agora já dá.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Declaro encerrada a votação.

Resultado de votação: votaram “sim” 2 Srs. Deputados; “não”, 254; abstenção, 1; e 2 pelo art. 17, o Presidente, aquele que assume a Presidência.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.

Estão prejudicados os destaques do PSDB para votação em separado das Emendas nºs 1 e 17.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Destaque de bancada do PR.

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 161, inciso V, c/c seu § 2º, do RICD, destaque para votação em separado do art. 23 do projeto de lei de conversação apresentado à Medida Provisória nº 472, com o objetivo de suprimi-lo.”

Assina o Deputado Sandro Mabel, Líder do PR.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Deputado Sandro Mabel, V.Exa.
mantém o destaque? (*Pausa.*)

S.Exa. mantém o destaque.



O SR. JEFFERSON CAMPOS (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Jefferson Campos votou com o partido.

O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Mário de Oliveira votou com o partido na votação anterior.

O SR. ANTONIO FEIJÃO (Bloco/PTC-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Antonio Feijão votou com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para falar a favor do destaque, concedo a palavra ao ilustre Deputado Léo Alcântara.

O SR. LÉO ALCÂNTARA (PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse destaque, assinado pelo Líder Sandro Mabel e apoiado pelo PR, trata da retirada do § 5º do art. 23 do texto em questão. Esse parágrafo cria uma multa de 75% sobre o imposto a ser restituído ao contribuinte pessoa física por infração à legislação tributária. Quer dizer, quem infringir a lei, ao fazer a sua declaração de Imposto de Renda, seja por má fé, seja por boa fé, seja por descuido, vai pagar uma multa de 75%.

Além de ser absurda essa multa de 75%, há também a questão de o Governo criar uma multa por medida provisória. Não se pode criar multa no Código Tributário Nacional por meio de medida provisória. E uma medida provisória tem 2 pré-requisitos: relevância e urgência. Pois essa multa não se encaixa em nenhum desses 2 pré-requisitos.

Repito: além de ser um absurdo criar essa multa, ainda há o absurdo de ela ser criada via medida provisória, o que requer relevância e urgência. Aqui nada mais é do que um confisco que se faz ao contribuinte, que, ao fazer sua declaração de Imposto de Renda, comete um erro, e, por causa desse erro, terá de pagar uma multa de 75% sobre o seu imposto a ser restituído.

Por causa dessa indignação é que o Partido da República apresentou esse destaque. Outros partidos também apresentaram esse mesmo destaque para corrigir esse grande absurdo contido no § 5º do art. 23 da Medida Provisória nº 472, que foi enviada pelo Governo a esta Casa.



Por isso o PR encaminha o voto favorável a esse destaque, não ao texto, para que possamos corrigir essa grande injustiça que foi colocada no texto da Medida Provisória nº 472.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para falar contra, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Coruja. (*Pausa.*)



O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o Partido Progressista na votação anterior.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o meu partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o Deputado José Genoíno, que falará contrariamente à matéria.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero chamar a atenção dos colegas para uma reflexão, pois vamos discutir esta matéria.

A supressão do art. 23 que o PR propõe tem os seguintes problemas.

Primeiro, essas multas moralizam o Imposto de Renda de Pessoa Física; é um dispositivo moralizante.

Segundo, antes, somente no final, é que se podia apresentar o recibo. Agora, ele pode ser apresentado imediatamente à Receita. Só no caso de má-fé, na situação limite, é que se aplica a multa. No caso de ter sido multado por falta de recibo, o contribuinte poderá apresentar o recibo de imediato à Receita, que será aceito. Ficarão sujeitas apenas aquelas declarações de determinadas firmas, que, ao fazerem a declaração, têm o claro objetivo de sonegar.

Eu entendo que a manutenção do art. 23, que tem um aspecto moralizante e modifica a legislação anterior, é importante. O recibo é aceito de imediato, e não apenas no fim. Muitas vezes, a pessoa apresentava o recibo e este não era aceito, e a pessoa ficava pagando multa até apresentar o recibo. Agora, não. O recibo é aceito: é só entrar na Internet e fazer o registro que se anula a multa.

Mas aqueles que fazem qualquer maquiagem, evidentemente, terão de entrar nessa situação das multas, porque é o caso limite.

Por isso, a nossa posição é no sentido de manter o artigo. E chamo a atenção da Casa para esta reflexão.



O SR. ASSIS DO COUTO (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o meu voto foi conforme a orientação do partido.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, penso que toda legislação que penaliza o contribuinte não pode ser votada de maneira assim precipitada. Aliás, nenhuma lei deve ser votada de maneira precipitada. Tenho me insurgido em diversas oportunidades nesta Casa, porque nós nos dedicamos a algumas votações que repercutem diretamente na vida de cidadãos, sem que antes se façam projeções sobre o que isso possa significar.

Eu tenho a impressão de que todos já estão muito onerados de impostos. Os cidadãos que se valem de declarações de despesas médicas ou de outras despesas juntadas à sua declaração de Imposto de Renda, normalmente, são pessoas que têm até dificuldade para juntar todos esses recibos. Não são pessoas que contam com grandes estruturas, não são empresas que têm megaestruturas, que apertam um botão e de repente veem ali, pronta, a sua declaração do Imposto de Renda.

Essa matéria já está disciplinada tanto na legislação fiscal quanto na legislação penal. E não percebo a utilidade de se agravar o que hoje já está previsto. Acho que o destaque para a retirada do art. 23 do projeto não deixa o Estado desassistido. Se houver algum dano aos interesses do Estado, já existe hoje uma legislação eficiente.

Essa Medida Provisória nº 472-A/09 trata de muitos assuntos. Isso fere a Lei Complementar nº 95, se eu não me engano, que define que não pode haver mais de um assunto no corpo de um mesmo projeto de lei. E nós estamos trabalhando aqui a respeito de um projeto de lei, nos termos amplos da expressão.



Então, lamentavelmente, eu não acompanho o texto do projeto de lei de conversão, nessa parte. Apoio a posição do PR, autor do destaque, de se retirar do texto o art. 23, deixando em vigência o que hoje já consta da legislação em defesa do Estado e em defesa do contribuinte, que, diga-se, está massacrado. Este é um País em que se paga muito imposto. Dizer que há reciprocidade pela prestação do serviço público é falso. E aqui, com isso, cria-se mais um fator de tensão sobre o contribuinte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 051.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Em votação o destaque.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.

Mantido o artigo.



A SRA. SANDRA ROSADO (Bloco/PSB-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o meu voto foi de acordo com a orientação do partido.



O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. tem que dar um tempo para orientação partidária. Foi reivindicado. Por favor, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Fica registrado.

O SR. ARNALDO JARDIM - Não fica registrado, não, Sr. Presidente! Não foi feita a orientação partidária.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Está mantido o texto, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO JARDIM - Estou reivindicando que seja feita como o nosso Regimento determina e como solicitamos.

O SR. FERNANDO FERRO - Está mantido o texto. Não pode haver verificação.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ficamos sem entender a votação.



O SR. JADER BARBALHO (Bloco/PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhei o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, somos a favor da manutenção do texto e contrários à retirada da expressão. Achamos que a retirada desarma o Fisco e que a Lei nº 9.430, de 1996, não é suficiente para responder a essa questão.

Por isso, somos contrários ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - PMDB?

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sei que já foi votado e decretado o resultado, mas simplesmente queria dizer que está sendo invertido o ônus da prova. O que antes cabia ao Governo provar agora cabe ao cidadão provar.

Por isso o PMDB votou contra a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Pois não. Está registrado.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PR orienta o voto “não”. Achamos um absurdo esse tipo de matéria!



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 051.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Já se está votando.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Já se está votando. É matéria vencida.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Para orientar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Já se está votando! É matéria vencida! Já se está votando...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Para orientar, Sr. Presidente! O senhor não vai presidir desse jeito, não! V.Exa. tem que respeitar a Casa!

(O microfone é desligado.)



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

MANTIDO O TEXTO.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Com urbanidade, eu atendo, mas na grosseria, não! Na grosseria, não! Contra a grosseria é assim. Se pedir com urbanidade, como o Deputado Arnaldo Jardim e o ilustre Deputado Mendes Ribeiro Filho pediram, sim. Mas na grosseria eu não atendo. Não aceito porque é contra o Regimento dirigir-se dessa maneira à Mesa. V.Exa. infringiu o Regimento. Agora vou recolher bancada por bancada.



O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Destaque de Bancada do PSDB.

“Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, II e § 2º, c/c art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda nº 30, apresentada à MP 472/09.”

Antes, requerimento de quebra de interstício do ilustre Deputado Ronaldo Caiado:

“Sr. Presidente, requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja concedida verificação de votação da Emenda nº 30 à MP 472/09.”



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Para falar a favor, concedo a palavra ao ilustre Líder e amigo Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresentamos esse requerimento porque não foi possível votarmos essa emenda apresentada pelo PR, que, de modo genérico, isenta de multa todo e qualquer contribuinte. No entanto, essa outra emenda, apresentada e destacada pelo PSDB, pelo Deputado Alfredo Kaefer, tem tudo aquilo que o bom contribuinte espera: nem plenos e totais poderes à Receita, e só punição ao contribuinte; nem favores e benefícios ao contribuinte, independente da Receita.

O que se propõe nessa emenda apresentada pelo Deputado Alfredo Kaefer? Comprovado, constatado pela Receita que houve má-fé, dolo, o contribuinte será penalizado. Por qualquer outro erro ou falha, não pode ser o contribuinte penalizado com multa dessa magnitude.

Sr. Presidente, solicito apoio a todos os Parlamentares para que não seja também uma análise unilateral. Não pode apenas a Receita dizer e punir. Ela tem de provar que existiu dolo e má-fé. Ao contribuinte cabe o direito à defesa.

Estamos todos de acordo que o bom contribuinte não seja penalizado. Quanto àquele que agiu de má-fé, ninguém vai defendê-lo. Esse, sem dúvida nenhuma, será penalizado com o instituto da multa que está sendo criado.

É fundamental que tenhamos o bom senso de dar ao cidadão a garantia de que a Receita terá que provar a má-fé do contribuinte. Senão, torna-se algo extremamente unilateral e penalizador ao contribuinte.

Essa a nossa posição.



Peço ao Líder do Governo que façamos essa votação pelo painel, porque todos os Parlamentares acompanhariam. Não seria apenas uma votação simbólica, de difícil apreciação; e o Presidente poderá dar o resultado em consonância com os que aqui estão.



O SR. MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MANOEL JUNIOR (Bloco/PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Peço desculpas ao Deputado Luiz Carlos Hauly. Foi apenas uma alteração de momento. V.Exa., Deputado, é um dos meus grandes amigos.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Líder Paulo Bornhausen, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM. *(Pausa.)*



O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se o Deputado Paulo Bornhausen permitir, poderemos resolver o assunto agora.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. aceita se não houver mais nenhuma votação nominal?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Nós podemos incorporar a proposta da Oposição. E vamos continuar a votação sem verificação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - De acordo. Então, todos votam a favor.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - O Governo aceita a proposta da Oposição. O Líder do Governo concorda com as teses aqui expostas. Não é uma posição ainda de Governo, porque não discutimos a matéria com o Governo, com as implicações que poderão existir depois. Mas acho que é procedente que o ônus da prova seja de quem está acusando. Que o cidadão tenha direito...

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Deputado Ronaldo Caiado, a partir da argumentação de V.Exa. há uma concordância do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Nobre Deputado Ronaldo Caiado, V.Exa. retiraria o requerimento de quebra de interstício e todos os partidos votariam “sim”, a favor da Emenda nº 30.

Cumprido o mesmo destino que V.Exa. queria. O requerimento já estaria cumprido. Seria incorporado ao texto.



O SR. RONALDO CAIADO - Eu estava conversando com o Deputado Virgílio Guimarães. Desculpe-me, Presidente.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Estou aceitando a emenda. V.Exa. retira o pedido de quebra de interstício, e nós continuaremos o debate.

O SR. RONALDO CAIADO - E nós votaremos.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Todos votarão "sim". Está incorporado à emenda. Essa é uma posição do Líder do Governo. Não tivemos tempo de discutir.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Retiramos e votaremos nominalmente. Tudo bem, Presidente. De minha parte está acertado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Retirado o requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO - Retiro o requerimento, desde que seja incorporado ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Então, eu pediria ao Deputado Paulo Bornhausen que nos deixe votar imediatamente isso, porque foi feito um acordo. Eu não colheria nem a assinatura do Líder.



O SR. CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CEZAR SILVESTRI (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Pelo que entendi, está havendo um acordo no sentido de que todos os outros destaques não sejam votados nominalmente. Seria isso?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Não.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Não foi feito esse acordo?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Não. Só neste mesmo.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Só neste.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A votação será simbólica neste.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Em votação a Emenda nº 30.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Esse destaque é da bancada do PSDB. Está aprovado.



O SR. FERNANDO LOPES (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PMDB na votação anterior.



O SR. JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, o Líder Paulo Bornhausen está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Deputado João Almeida, pedi ao nobre Líder permissão para fazer o acordo, porque era importante aprovar a matéria.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Bornhausen, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM. S.Exa. dispõe de 6 minutos na tribuna.

Agradeço a V.Exa., Deputado Paulo Bornhausen, a compreensão que teve com a Mesa para a votação de importante matéria, que interessa ao seu partido e a toda a Casa.

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Inocência, é bom sempre mantermos a cordialidade na Casa. Eu procuro fazer isso de forma tranquila. As palavras duras são apenas palavras, e duras porque têm de ser, mas, na verdade, a convivência tem de ser harmoniosa entre todos nós. Por isso, eu entendo que V.Exa., a pedido do Líder do Governo, tenha feito uma interrupção no pedido deste Líder em se pronunciar. Eu levo pelo lado da amizade que nos une.

É sempre importante ter V.Exa. na presidência dos trabalhos, pois foi muitas vezes Presidente, para que possa tocar a Casa com harmonia. E os Líderes da Oposição precisam ter voz e vez.

Eu ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para constatar aquilo que a sociedade brasileira já sabe — até porque não sou eu que estou dizendo: Lula, o Presidente da República, não gosta de ler jornais. Ele tem ojeriza a essa coisa de ter que sujar as mãos, como nós sujamos, com a tinta dos jornais, e ter que ler notícias. Isso é uma pena, porque, se ele usasse um pouco mais do seu tempo para se informar e para adquirir um pouco mais de conhecimento, encontraria nos jornais brasileiros um rico material para reflexão. E talvez fantasiasse menos sobre o que é o seu Governo.



Hoje, a competente jornalista Rosângela Bittar, do *Valor Econômico*, oferece uma boa análise sobre a campanha para a eleição presidencial de 2010.

É evidente que o assessor de imprensa do Presidente, o Sr. Franklin Martins, vai fazer uma leitura amplamente favorável do artigo para o rei. Afinal de contas, ele é pago para isso, não tenho dúvida. Esse assessor de imprensa, na verdade, é pago para dar ao Lula material para esses seus discursos ufano-lulistas que permeiam as televisões, os rádios, os locais que nós frequentamos e os jornais.

Não sei onde o Presidente Lula está hoje, mas vai repetir, com certeza, nos jornais da noite que o sucesso do PAC e de outros programas está garantindo o crescimento da sua candidata nas pesquisas. E é evidente que o assessor de imprensa não vai dar importância aos contudos que foram colocados no artigo de Rosângela Bittar, porque, para eles, o que importa é o que o Lula diz, e não a verdade. A verdade é uma coisa que chateia, que toma tempo, que faz pensar, refletir.

Também não importa, segundo a colunista — e todos os brasileiros sabem disso —, que o PAC e outros programas sejam “instrumentos de exposição da candidata, canais, meios, discursos, marcas, *marketings*”. São tudo isso, menos o que o Lula quer vender ao País. Aqui, o nobre Líder do Governo escuta para depois poder fazer o seu discurso também.

O artigo traz a avaliação do cientista político Antonio Lavareda de que o voto da Dilma é o voto do terceiro mandato do Presidente Lula. Mas o Palácio do Planalto vai ignorar a ressalva que a colunista faz de que esse terceiro mandato depende de resultados concretos do mandato anterior, o que não existe, a não ser com o Bolsa-Família.



Eles não se apertam e preparam uma cortina de fumaça para o fracasso da Ministra candidata como gerente do PAC. Anunciam o lançamento com pompas e circunstâncias eleitoreiras do PAC 2. Olhem, é uma obra de ficção científica, uma cortina de fumaça. Na verdade, as obras do PAC 1 nunca saíram do papel ou do discurso. A ONG Contas Abertas mostra muito bem isso. Promessas, programas e projetos que no PAC 1 nunca começaram e não terminaram jamais, e não terminarão jamais, vão ser relançados, requentados, com números trilionários, porque os bilhões a população já não aceita mais.

Mas o discurso, o *marketing* e o desrespeito à legislação eleitoral não saem dos palanques armados por Lula Brasil afora. Nesses palanques, tentam colar na madrasta do PAC o atrativo do tal voto do terceiro mandato.

É óbvio que o assessor de imprensa do Lula já o alertou para um grande obstáculo que eles vão enfrentar logo mais.

O nosso pré-candidato, o Governador José Serra, insiste em cumprir rigorosamente a lei e só vai começar a sua campanha dentro do prazo estabelecido, quando não mais estiver na Chefia do Executivo paulista. E, quando isso acontecer, o povo brasileiro não estará mais à mercê das mentiras e dos truques do mandraque petista Lula.

O eleitor brasileiro vai poder, então, comparar os candidatos pelo seu voto, pelo que fizeram. Essa comparação, todos sabem, não é favorável à candidata forjada, na tentativa de enganar o eleitor a ponto de ele pensar que está, na verdade, dando um terceiro mandato ao Lula. Aliás, a comparação é cruel. A candidata marionete do Lula tem no PAC uma ficção marqueteira. Agora, é PAC 2,



ficção 2, ilusionismo. Vão fazer ilusionismo com números que só eles têm, mas que a sociedade sabe que, na realidade, não aconteceram.

Há uma obra no Ministério da Saúde que engrandece ainda mais o Governo do Fernando Henrique Cardoso, mas eles vêm tentando descaracterizar essa obra, que o Serra fez como Ministro. A saúde hoje não existe. Os médicos que estão aqui sabem. Onde está a regulamentação da Emenda 29? Não existe.

Segurança também não existe.

Temos que entender que, neste momento, vamos ter que separar a realidade do *marketing*. Esperamos que, nos próximos dias, com o início da campanha, de acordo com a lei, do então já ex-Governador de São Paulo e pré-candidato, possamos fazer as devidas comparações.

O Brasil vai preservar a democracia, que vem sendo atacada ao longo do tempo por este Governo. o que faz com que a democracia seja o grande caminho deste País é a alternância no poder. Talvez seja essa visão que a Oposição enxergue e que o Governo não está enxergando. O salto alto dos que estão no Governo faz com que a plataforma, em determinado momento, seja a da reeleição, do terceiro mandato do Lula, ou seja, da soberba que invadiu a base governista e o Presidente Lula. Mas eles podem despencar e cair na realidade.

Esta eleição terá um vencedor, e esse vencedor será o Governador José Serra, para que o Brasil possa seguir o caminho democrático que vem trilhando nos últimos 25 anos.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Michel Temer, Presidente.



O SR. ANTONIO PALOCCI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o meu partido.

O SR. CAMILO COLA (Bloco/PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei com a orientação do partido.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Sr. Presidente, também votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao nobre Deputado João Almeida, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, às 18h30min, apresentaremos ao Sr. Procurador-Geral da República uma representação pedindo-lhe que a Procuradoria-Geral da República investigue os fatos relacionados ao assunto BANCOOP.

O assunto já é de conhecimento de toda esta Casa e de todo País. Mas, a cada hora, surgem fatos novos que vêm elucidar, tornar mais claro o que estava organizado por trás daquela cooperativa. Agora, já aparecem os primeiros indicativos da utilização de recursos gerados naquele ambiente para a campanha eleitoral de 2002.

Como sabem todos, aquele episódio envolve figuras notórias do Partido dos Trabalhadores. Desde a fundação daquela cooperativa, em todo o tempo de sua existência e em todos esses episódios que estão sendo investigados pelo Promotor Público no Estado de São Paulo, objetos, também, de uma CPI no Estado de São Paulo.

Algo é muito intrigante em tudo isso, Sras. e Srs. Deputados. O próprio Presidente Lula é vítima dessa cooperativa. Ele também comprou um imóvel por adesão à cooperativa, mas não o recebeu. Ora, não fez qualquer reclamação. É fácil de entender. Se são os companheiros que estão tocando o negócio, por que reclamar da companheirada se a coisa não vai bem? É natural. Mas, mais do que isso, ele sabia que quem estava envolvido no assunto era o Sr. Vaccari. O Sr. Vaccari foi colocado em posto de destaque no partido, num primeiro momento, no



passado. Agora, o Sr. Vaccari foi indicado Tesoureiro do PT, o homem responsável pela campanha.

Será que o Presidente Lula não tomou ainda cuidado com esse assunto? Da outra vez, no mensalão, ele teve que sair em defesa dos seus companheiros, transformando o assunto em algo banal, natural da vida política brasileira, contra o qual não devemos nos insurgir. É uma cultura que existe, e devemos nos acostumar a conviver com essas práticas. *“Ora, pois, vocês não entendem que sempre foi assim?”* Naquele tempo, ele ainda não usava o seu célebre bordão: *“Nunca antes neste País”*. Se já estivesse em uso, talvez tivesse dito: *“Nunca antes neste País foi diferente”*.

Enfim, transformou aquilo numa coisa banal. Não era de esperar, então, que ele visse outra coisa àquele tempo. Mas, depois de tantos episódios sucessivos, ele agora protege de novo o Sr. Vaccari, permite que o Sr. Vaccari se transforme em Tesoureiro do PT. Muitos dirão: *“Mas não é o Presidente que cuida disso”*. Mas quem não sabe que o PT obedece fielmente ao Presidente Lula?

Aliás, o que causa certa preocupação neste País é o fato de que, todos sabem, o Presidente Lula controla o PT, contém o PT e as ideias absurdas e esdrúxulas que estão contidas no Plano Nacional de Desenvolvimento Humano. Mas já há um temor nacional de que eventualmente a Sra. Dilma não possa desempenhar satisfatoriamente esse papel. Quer dizer, é conhecida no País toda a capacidade que ele tem de controlar o PT.

Ele poderia ter nos livrado do aborrecimento de estarmos agora discutindo, às vésperas da campanha, este tema: o Tesoureiro do PT, que fraudou a cooperativa e



passou o calote, inclusive, no Presidente Lula, será o Tesoureiro da campanha. O que há de esperar de uma campanha dessas?

Nós estamos temerosos, Sr. Presidente, efetivamente temerosos de como possa se desenrolar essa campanha, iniciada e fundada nesses princípios, demonstrando que a coisa, desta vez, será pior do que das vezes anteriores. O caixa dois vai rolar; o financiamento público, indiretamente, pode ser a prática, porque o sistema já está em organização, o capitão já está definido, carimbado, e já se conhece, efetivamente, o seu estilo, a sua prática, demonstrada largamente no BANCOOP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PT.

O SR. CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, na última votação, votei com o PSDB.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Sobre a mesa destaque de bancada para votação em separado do art. 27 do Projeto de Lei de Conversão apresentado à Medida Provisória nº 472/09.

Assinado pelo Líder do PR, Deputado Sandro Mabel.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja, que falará contra a matéria.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este destaque visa retirar do texto um dispositivo que impede a transação de compensações que são fraudulentas, falsas.

Para compensar tributos, muito vezes se utilizam compensações fraudulentas. Evidentemente, a retirada desse dispositivo vai causar prejuízo para a União, para os cofres públicos.

Espero que os Líderes da base do Governo não permitam que isso seja suprimido do texto.

O PPS vota pela manutenção do dispositivo: "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "sim", para a manutenção do dispositivo.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar a favor, Deputado Léo Alcântara.

O SR. LÉO ALCÂNTARA (PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tivemos um destaque anterior no mesmo sentido deste, do Partido da República. Dizíamos que a criação de multa por meio de medida provisória não era a forma ideal. Medida provisória pressupõe relevância e urgência, não é o caso das multas.

Infelizmente, não fomos bem-sucedidos no nosso destaque, mas agora apresentamos um novo destaque, através do qual queremos tirar essa multa de 75% nos casos em que haja erro de despesas médicas e de educação dedutíveis.

O PR acha que a forma correta de criar novas multas e novas taxações é um projeto de lei, para que possa ser mais bem debatido o assunto, e não numa medida provisória que contém vários assuntos, inclusive esse que cria essa nova multa.

O PR encaminha o voto “não” ao texto e “sim” ao destaque.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar contra, Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o mesmo argumento que defendi aqui em relação ao artigo que trata de pessoa física estou usando agora para a pessoa jurídica. Chamo a atenção: a Câmara manteve o texto do art. 23 para a pessoa física. Quero deixar claro que os recibos que não foram apresentados na declaração poderão ser apresentados no *site* da Receita, portanto, diferentemente do passado. Acho que essa medida, que é moralizante, mas que exclui aqueles que agem de má-fé, também se aplica ao art. 27, que trata de pessoa jurídica.

No caso de pessoa jurídica, Sr. Presidente, aplica-se o mesmo princípio. A não apresentação ou a omissão de recibos pode ser corrigida imediatamente. Estes podem ser apresentados no *site* da receita e serão aceitos e encaminhados. Não haverá multa no caso da apresentação dos recibos que provem que não há má-fé. No caso de má-fé, de sonegação, entendo que o mesmo princípio que a Câmara adotou para manter o texto no art. 23 deve ser agora a base para manter o texto no art. 27.

Chamo a atenção porque melhoramos, avançamos quanto a essa questão, a separar o joio do trigo. Quer dizer, as pessoas que podem ter sido enganadas, que receberam uma orientação errada, que se esqueceram de apresentar recibo podem fazê-lo imediatamente. Isso será considerado, e a multa, suspensa. Quando se tratar de um ato organizadamente consciente, que objetiva a sonegação, entendo que deve ser mantido o texto do art. 27, com o mesmo argumento que defendemos para manter o texto do art. 23.

Portanto, somos pela manutenção do art. 27.



O SR. LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, por favor, uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PR vota pelo destaque, e não pelo texto. Então, é “não” o voto do PR, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O voto do PR é “não”.

O voto do PPS é “não” também, não é, Deputado Fernando Coruja?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O nosso é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - É “sim”? É para manter o texto.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O voto do PT é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O voto do PT é “sim”.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O do PPS é “sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O do PPS é “sim” também.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Deputado Gustavo Fruet, como Líder da Minoria, tem a palavra. *(Pausa.)*



O SR. EDMAR MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, justifico o meu voto na votação anterior. Obrigado.



O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pela Liderança da Minoria, em reforço à manifestação do Líder do Democratas e do Líder João Almeida, estaremos, daqui a pouco, às 18h30min, em visita ao Procurador-Geral da República para encaminhar um comunicado com relação à Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo — BANCOOP.

O objetivo é justamente aprofundar as investigações, saber em que fase estão, verificar, sob a ótica dos mutuários, quais as consequências possíveis, lembrando que foram trabalhadores que investiram na cooperativa com o objetivo de terem habitação própria.

É bom destacar que, entre as pessoas que investiram nessa cooperativa, além do Presidente da República, está o escritor Ignácio de Loyola Brandão.

Ao longo das investigações, questiona-se qual a razão de um fundo de pensão investir em uma cooperativa. Nesse sentido, vamos tentar aprovar requerimento de convocação ou convite, tanto na Comissão de Fiscalização e Controle quanto na Comissão de Seguridade Social. Já encaminhamos um pedido de informação ao Ministério da Previdência, solicitando a fiscalização por parte da Secretaria de Previdência Complementar. Como desdobramento, queremos verificar quais os fundamentos, em especial, de um depoimento realizado por Lúcio Bolonha Funaro, que já foi objeto de outras investigações, inclusive numa Comissão Parlamentar Mista do Congresso Nacional. Num acordo de colaboração com o Ministério Público Federal, realizou, segundo as informações, alguns depoimentos, dentre os quais afirmando haver uma relação direta entre os investimentos dos fundos de pensão nessa cooperativa e o financiamento de campanha.



Nesse sentido, cabe destacar e reafirmar matéria publicada hoje no jornal *O Globo* na qual se afirma que a quebra do sigilo bancário na investigação do caso BANCOOP rastreou a triangulação financeira realizada para, supostamente, abastecer um caixa dois, segundo a matéria, do PT nas eleições de 2002.

A análise preliminar das movimentações da consultoria Mizu, considerada uma das fachadas do esquema, revela que cheques contabilizados internamente pela consultoria como doações não chegavam diretamente ao partido. Esses valores voltavam à BANCOOP, que, por sua vez, repassava o dinheiro ao PT. O objetivo desse caminho tortuoso, segundo a investigação, seria mascarar a doação e dificultar o rastreamento dos recursos. Para o Ministério Público de São Paulo, o sistema mascarava doações eleitorais ilegais, feitas a partir de saques em dinheiro.

A partir de um controle bancário interno, fornecido por uma testemunha que trabalhou na empresa Mizu Gerenciamento e Serviços Ltda., a Promotoria buscou o destino de 6 cheques, quase sequenciais, emitidos em outubro de 2002 e registrados como doação (PT ponto PT). Descobriu-se que os números, datas e valores dos cheques conferiam com o extrato da conta. Foram achados os verdadeiros destinatários, já que as contas partidárias não registravam essa receita. Três dos cheques foram destinados de volta à cooperativa, 2 não foram encaminhados e 1, recebido por pessoa física, cujo nome é mantido em sigilo.

Os cheques emitidos pela credora Mizu, tendo como destinatária final a devedora, a cooperativa BANCOOP, representam uma operação, segundo o Ministério Público, fraudulenta para mascarar doações eleitorais ilegais e lesar milhares de cooperados. É bom lembrar que se trata de cooperados trabalhadores, que colocaram o seu dinheiro nessa cooperativa para terem direito a uma habitação,



à casa própria, mas não receberam a casa própria, o que é objeto de investigação no Ministério Público por crime contra os usuários, contra o consumidor. Estão agora investigando se esse dinheiro também foi desviado para práticas ilegais ou para financiamento ilegal de campanha.

A análise preliminar localizou o primeiro exemplo dessa triangulação referente à empreiteira Germany, que também tinha ex-dirigentes da BANCOOP como sócios. Trata-se de cheque de 9 de junho de 2004, no valor de 124 mil reais. Pelas vias oficiais, a empresa fez pelo menos uma doação partidária, em agosto de 2004, segundo registro na Justiça Eleitoral.

Destaque-se que as empresas fornecedoras exclusivas da cooperativa, segundo o Ministério Público, superfaturavam as notas fiscais para o desvio dos valores da cooperativa. Mais tarde, essa empresa se transformou na Mirante, fabricante de blocos de concreto que atendia à cooperativa. Dentre as empresas que atuavam como construtora, essa empresa recebeu cerca de 10 milhões de reais da cooperativa, segundo registros bancários de 2001 a 2008.

Segundo dados das 2 empresas, os sócios-proprietários, coincidentemente, eram dirigentes da cooperativa e têm relação direta ou indireta com o partido do Governo.

Além disso, o atual Tesoureiro do PT, então diretor da cooperativa, assumiu a sua presidência. Licenciou-se em fevereiro para ser tesoureiro partidário. Procurada para uma segunda reportagem, a cooperativa informou que não pode responder pela movimentação financeira de terceiros.

Portanto, daqui a pouco, levaremos esses fatos ao Ministério Público, solicitando o depoimento de Lúcio Bolonha Funaro e a investigação sobre o papel



dos fundos de pensão — já apontados pela CPI dos correios —, a relação com os usuários, o prejuízo dos usuários e onde foi parar o dinheiro. Inclusive, há a possibilidade de financiamento ilegal de campanhas.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vou encerrar a sessão. Posso conservar o painel? (*Pausa.*)

Não. Vamos zerar o painel.